



A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA E DA CIDADANIA PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS

Ricelle Fernandes Queiroz Tintin ¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a importância de uma formação em ética e cidadania nos cursos superiores de licenciatura em letras - línguas estrangeiras, e o quão eficaz essa formação pode ser no intuito de inserir tais temáticas nas escolas de ensino fundamental e médio. Considerando-se que o ensino superior cada vez mais se volta a uma formação ampla do profissional, uma aprendizagem que englobe o ensino de ética e cidadania, ainda que de modo transversal, surge como elemento embasador para uma prática docente valorativa que auxiliará sobremaneira a atuação desses futuros profissionais docentes. Para embasar nosso ponto de vista, nos utilizaremos dos estudos de CAVALCANTI (2012) e VÁSQUEZ (2011), os quais nos subsidiarão nos estudos da ética e da ética profissional. Além destes, também explicitaremos como as pesquisas vêm demonstrando a relevância da ética e da cidadania no ambiente escolar e na formação dos profissionais que irão compor esse ambiente. Para tanto, nos utilizaremos de autores tais como FREIRE (2006), PEREIRA (2006) e SCHUTZ (2010). Em síntese, pretende-se nesse artigo debater a importância de uma formação docente em letras adequada frente às novas perspectivas de inserção das temáticas relacionadas à ética e cidadania nas escolas. Ao refletir sobre a inserção de uma temática tão relevante para a formação docente, esperamos contribuir para incentivar uma formação ampla que venha a agregar valor às nossas escolas e à educação como um todo.

Palavras-chave: Cidadania. Graduação em letras. Ética. Ética profissional. Formação docente.

INTRODUÇÃO

Em nosso cotidiano, nos deparamos o tempo todo com questões de cunho moral e ético, especialmente no que diz respeito ao relacionamento com os outros e sobre qual seria o modo correto de agir diante de determinadas situações. Essas questões permeiam nossa vida e adentram no universo laboral quando somos questionados perante a sociedade por nossas atitudes enquanto profissionais.

Nesse contexto, observamos a importância do ensino da ética profissional nos cursos de graduação, não só para complementar a formação ética e cidadã advinda do

¹ Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, ricellefernandes@hotmail.com.



ensino fundamental/médio como para inculcar nos discentes valores que os tornarão profissionais melhores e respeitados em seu meio. Trata-se de uma atitude valorizada não só pela sociedade de modo geral como pelas próprias entidades profissionais, as quais hoje em dia adotam códigos de ética relacionados às respectivas profissões.

De certo modo, o ensino de conteúdos referentes à ética e cidadania já se encontra consolidado no âmbito do ensino fundamental e médio enquanto conteúdo transversal, vistos como assuntos de suma importância ao desenvolvimento crítico dos jovens que se encontram nessa faixa de ensino. Essa consolidação não representa, contudo, uma adequação satisfatória por parte dos professores no que diz respeito à didática de como repassar tais conteúdos em sala de aula, já que muitos não foram instruídos adequadamente ou não dão a devida importância ao tema.

No intuito de reverter essa situação, notamos uma preocupação cada vez mais constante, por parte das instituições de ensino superior, em incluir nos currículos de graduação disciplinas voltadas a essa temática, o que abrange o ensinamento de valores morais e éticos bem como a apresentação de normas, estatutos e/ou códigos que regulamentam determinada profissão. Em especial, quando observamos os currículos dos cursos de licenciatura, voltados à formação de profissionais que atuarão diretamente em sala de aula, notamos claramente a inserção de disciplinas voltadas ao ensino da ética profissional ou a inserção desses conteúdos em disciplinas já existentes.

Ao refletir sobre tal temática, pretendemos confirmar como a formação em ética e ética profissional torna o futuro professor apto a transmitir valores, colocando a educação a serviço da formação ampla do aluno, na qualidade de ser intelectual e humano. Para tal intuito, acredita-se que a melhor abordagem seja a adoção de disciplinas voltadas exclusivamente ao ensino de ética e demais temas transversais conexos, além da inclusão desse viés no projeto político pedagógico dos cursos de licenciatura em letras.

Portanto, esperamos apontar tendências no ensino da ética profissional e como essa orientação ao futuro professor vem se desenvolvendo no âmbito dos cursos superiores de licenciatura. Com isto, procuraremos responder aos questionamentos levantados sobre como deve ser a correta formação docente em ética e cidadania e sobre como se pode direcionar essa formação.



METODOLOGIA

Em suma, nossa pesquisa se enquadra na classificação de pesquisa teórica, que conforme o nome já sugere, se fundamenta na discussão e comprovação baseada na teoria. Embora a pesquisa teórica não requeira uma interferência com o plano da experiência, ela não está dissociada, sofrendo influência direta da experiência pessoal do pesquisador.

A metodologia aplicada na elaboração deste estudo se utilizou da pesquisa bibliográfica e documental. Enquanto a pesquisa bibliográfica é constituída principalmente de artigos científicos e livros, a pesquisa documental agrega outras fontes tais quais revistas e matérias jornalísticas, permitindo assim a cobertura de uma ampla gama de fenômenos. Através dessa pesquisa caracterizamos o ensino da ética e da cidadania nos cursos de licenciatura em letras.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em nossa sociedade atual, a ética vem ganhando destaque diante da pluralidade social e de pensamentos que culminam em questões morais e éticas cada dia mais complexas. Uma das aplicações mais eficazes diz respeito à ética no âmbito profissional e em seus mais diversos ambientes, o que inclui o ambiente educacional desde a educação básica até o ensino universitário.

Nesse contexto, a Universidade é apontada como elemento fundamental na transmissão de valores pois se encarrega de formar os futuros profissionais que irão em breve atuar na sociedade. Antes de explorarmos um pouco o que viria a ser tal formação a partir do currículo e da prática pedagógica nos cursos de graduação, precisamos fazer algumas definições básicas. O que seria ética e o que a diferenciaria da moral, conceitos bastante similares mas que possuem certa diferenciação, conforme explanado a seguir. A moral costuma ser entendida como algo autônomo surgido de dentro da alma. É como se fosse o caráter interno de cada indivíduo. A ética por sua vez, é uma ciência que abrange um conjunto de normas de comportamento e de forma de viver por meio das quais o homem tende a realizar o que é melhor perante a sociedade. Logo, é algo externo ao indivíduo e regulado pelo contexto. Vejamos a seguinte conceituação:



A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade. [...] Como teoria, não se identifica com os princípios e normas de nenhuma moral em particular e tampouco pode adotar uma atitude indiferente ou eclética diante delas. (VÁZQUEZ, 2011, p. 21-22)

A moral, portanto, é uma valoração de atribuição mais individual, embora possa ser considerada de maneira localizada quando em determinada população certos valores morais são comuns a determinados grupos. A ética possui um caráter mais coletivo e por vezes não corresponde às valorações individuais de um determinado grupo. Vejamos:

No plano da ética, estamos em uma perspectiva de um juízo crítico, próprio da filosofia, que quer compreender, quer buscar o sentido da ação. (...) A moral, em uma determinada sociedade, indica o comportamento que deve ser considerado bom e mau. A ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento, partindo da historicidade presente nos valores. (RIOS, 2010, p. 27)

Como visto, o estudo da ética é mais teórico e amplo, sendo adotado no currículo das escolas brasileiras diante de uma perspectiva transversal de formação cidadã, e mais especificamente nos currículos de graduação tendo em vista uma perspectiva de formação de um profissional apto ao mercado de trabalho. Para se chegar a essa noção de importância da formação e ensino em ética, contudo, foi percorrido todo um caminho de desenvolvimento da educação brasileira, conforme veremos resumidamente a seguir.

Embora saibamos que o ensino pautado pela ética e pela cidadania seja fator fundamental nas escolas e universidades atuais, o fato é que em nosso país essa noção de importância nem sempre esteve presente. Ou não se inseria essa pauta no cotidiano escolar ou, o que era pior, inseria-se o ensino de ética como um modo de doutrinar os alunos.

Em um passado recente, notamos que o ensino era completamente distanciado da formação cidadã e da transmissão de valores. Na época da ditadura (1964 a 1985), por exemplo, o ensino servia para transmitir noções prontas e doutrinárias que não faziam o aluno pensar, ensino esse consubstanciado na disciplina de “educação moral e cívica”. Vejamos:



Ora, todos sabemos dos frutos desse período de educação moral nas escolas feita dessa forma doutrinária por imposição de valores morais acabados, assim como podemos prever as reações dos alunos daquela professora de Biologia que passava ditados morais na lousa: valores impostos por uma autoridade são aceitos por temor enquanto perdurar o controle dessa autoridade e deixam de ser assumidos como valores no momento em que a força do controle é enfraquecida. Todos nós que assistimos às aulas, na época, de Educação Moral e Cívica, sabemos o quanto essa disciplina nos parecia artificial, demagógica e como se tornou alvo de desprezo a ponto do termo Educação Moral se tornar algo pejorativo no Brasil e em outros países que passaram por processos semelhantes. (MENIN, 2002, p. 95)

Como exposto, a educação moral não passava de uma imposição de valores aos educandos, valores estes que eram impostos pela hierarquia militar dominante e em nada refletiam os valores morais e/ou éticos da sociedade como um todo. Essa imposição não servia de modo alguma à formação dos estudantes. Muito pelo contrário, gerou um menosprezo pelo termo “Educação Moral” que persistiu durante toda uma geração.

Após esse período da ditadura, houve uma notória mudança, conforme apontado a seguir:

Depois da ditadura militar no Brasil, psicólogos e pedagogos traçaram o novo perfil de aluno e aluna. Transformaram os ambientes escolares em minilaboratórios de experimentações: o jovem e a jovem precisariam aprender a partir de experiências. A disciplina não se resumia à obediência da escola tradicional. (PEREIRA, 2006, p. 33)

O ensino acrítico, portanto, deu espaço à busca da reflexão e da interpretação de valores morais e éticos em sala de aula. Com isso, o ambiente educacional voltou-se à formação de crianças e jovens críticos e pensantes. Não é à toa que a própria legislação se adequou a essa sistemática e passou a exigir uma formação que incluía temas transversais tais como o ensino da ética na escola.

O primeiro instrumento que podemos citar é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), lei de fundamental importância na gestão da educação brasileira que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil. Vejamos o que nos diz a LDB no tocante ao ensino da ética no ensino médio:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
(...)



III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (BRASIL, 1996, art. 35)

Uma formação ética e humanista exerce papel fundamental no aprimoramento do educando, e a escola como tal não pode se abster de estimular o desenvolvimento desses ideais no dia-a-dia escolar. Nesse mesmo sentido, outro documento de vital importância e que estabelece diretrizes para a educação brasileira são os Parâmetros Curriculares Brasileiros (PCNs).

Publicados a partir de 1997 e organizados por áreas de conhecimentos transversais, os PCNs abordam práticas pedagógicas inovadoras no ambiente escolar e ressaltam valores a serem repassados de modo complementar no decurso do ensino fundamental e médio, o que inclui cidadania, dignidade e ética. Com relação ao que é trazido pelos PCNs sobre a formação moral na escola, pode-se destacar:

Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante. Então, ao invés de deixá-las ocultas, é melhor que tais questões recebam tratamento explícito. Isso significa que essas questões devem ser objeto de reflexão da escola como um todo, ao invés de cada professor tomar isoladamente suas decisões. Daí a proposta de que se inclua o tema Ética nas preocupações oficiais da educação. (BRASIL, 1997, p. 51).

Desse modo, observamos o papel fundamental que a escola exerce na formação moral do indivíduo, ainda que indiretamente. Atentos a isso, os elaboradores dos parâmetros curriculares deixaram expressa a necessidade de se trazer à tona a reflexão sobre os valores éticos embutidos no ato educacional, fazendo com que os alunos entendam e reflitam sobre tais questões.

Por fim, podemos afirmar ainda que cada curso de licenciatura possui diretrizes nacionais próprias que enfatizam as competências a serem incentivadas no decorrer do curso de licenciatura. De modo recorrente, essas diretrizes citam a importância do compromisso ético quando do exercício profissional docente. A título exemplificativo, vejamos um trecho das diretrizes para o curso de Letras:

O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico



necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional (CNE, 2001, p. 31)

Como observado, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Letras, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, citam explicitamente a importância de uma formação ética profissional para o futuro exercício da docência. Preocupação que decorre da noção de importância que a formação em ética ganhou no escopo do ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A legislação citada no tópico anterior proporciona uma larga visão de como essa conexão entre a formação escolar e a educação para a vida possui uma base sólida em nosso país. A partir daí nos questionamos como preparar o profissional docente a efetivar o cumprimento dessa missão de educar seus alunos para a vida e incluir temas relativos à moral e ética no ensino.

Nesse ponto surge uma missão, e ao mesmo tempo um desafio, que seria o das Instituições de Ensino Superior incluírem em seus currículos de cursos de licenciatura essa formação ética. Quer seja como uma diretriz a ser seguida nas disciplinas do curso como um todo, quer seja por meio de disciplina específica que venha a preencher tal incumbência.

Ao contrário do que ocorre em muitas instituições, nas quais o ensino técnico-científico predomina e os conteúdos formais assumem papel de destaque na formação do profissional, a tendência mais acertada é a do ensino superior que alie o científico ao prático, incluindo a tão almejada formação ético-moral.

A importância desse esforço social e ético para o qual a sociedade merece ser direcionada deve ser ensinada desde a educação básica e permear todos os níveis de ensino, atingindo as universidades e em especial os cursos superiores de licenciatura. A ética está tão atrelada à formação docente que comumente encontramos exemplos de autores que citam a responsabilidade ética dos profissionais da educação. Vejamos a seguir o que o pesquisador Paulo Freire nos diz a respeito:

Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se



acham em formação para exercê-la. Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro (...) Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. (FREIRE, 2006, p. 15)

Como visto, a prática educativa requer uma conduta ética e um conteúdo valorativo que efetivamente forme os educandos que possam praticar essa ética universal sem a qual a sociedade seria menos justa. Surge então o desafio de como aliar a formação docente a um ensino ético e responsável, que incuta no futuro docente o essencial ao exercício da ética profissional em suas relações de trabalho e de sala de aula.

Nos currículos e projetos pedagógicos de cursos de licenciatura existentes, observamos que o ensino da ética possui basicamente duas funções primordiais, uma de aspecto mais amplo e universal e outra mais focada no exercício profissional em si e na formação acadêmica. A primeira função diz respeito à formação cidadã que deve ser um dos pilares educacionais de qualquer indivíduo, e a graduação exerce um papel de continuidade nesse processo iniciado desde a educação básica. A esse respeito, vejamos:

Considerando esse conjunto de transformações durante todo o período da história e da transformação dentro da sociedade, foi possível perceber que a moral e a ética nunca fugiu da ideia do bem e do mal o que determina o comportamento e o caráter do homem. Daí surge a ideia da ética no contexto educacional com o objetivo de resgatar os valores universais já determinados em meio à história, já que é através da educação que se forma cidadãos para viver em sociedade, e que para ensinar uma boa conduta é preciso praticar uma boa conduta, para ser valorizado é preciso valorizar-se. (SANTOS e; SOARES, 2013, p. 8).

Desse modo, a educação em ética no contexto escolar surge primordialmente enquanto um dever de resgatar os valores universais determinados pela sociedade, possibilitando o bom convívio na coletividade. Quanto à segunda função desempenhada pelo ensino da ética na graduação, podemos afirmar que se trata da formação ético profissional para o adequado exercício da profissão escolhida. Vejamos:

Independente da profissão, a ética é imprescindível para o bom funcionamento das atividades na empresa, das relações de trabalho entre os funcionários, favorecendo, assim, a criação de um ambiente de trabalho harmonioso, com maior índice de confiança entre os funcionários e



cooperação entre os colegas, cujas ações e comportamentos têm o propósito de criar um clima agradável e positivo dentro da empresa, possibilitando a busca por crescimento profissional sem prejudicar outros colegas de trabalho. (CAVALCANTI, 2012, p. 152)

Como observado, a ética profissional é uma competência a ser desenvolvida no aluno de graduação, futuro profissional a ser inserido no mercado de trabalho, independente de que área estejamos lidando. Herkenhoff (2001, p. 58) afirma que “Toda profissão tem uma ética. O exato cumprimento do “dever de estado” de cada pessoa, segundo critérios éticos, é essencial para que uma sociedade seja feliz.” No caso dos alunos de licenciatura, a disciplina de ética profissional surge justamente para incutir tais competências.

Quando nos referimos à formação em ética no ensino superior, costumamos nos deparar com duas perspectivas principais: inclusão de disciplina específica no currículo da graduação e inclusão da perspectiva ética em disciplinas tradicionais. Vejamos o que um pesquisador afirma:

Vimos que duas orientações podem ser adotadas, em princípio:
- ou a Universidade institui disciplinas éticas no currículo acadêmico;
- ou se cria na Universidade um clima ético que se caracterize pela reflexão cotidiana e pelo debate permanente das questões éticas, quer as gerais, quer as que se refiram às diversas profissões, campos do conhecimento, especialidades. (HERKENHOFF, 2001, p. 19)

Quanto à primeira vertente, podemos afirmar que trata-se de atitude adequada frente à necessidade de se instituir esse ensino de um modo mais sistemático e regular dentro da instituição e do curso. Inclusive, é prática que vem sendo adotada por muitas universidades e currículos de cursos de licenciatura.

Com relação à segunda vertente, observamos que também é uma solução adequada, apesar de tornar a importância do ensino ético e ético profissional um pouco diluído e sob a responsabilidade de muitos docentes nem sempre capacitados. Favorável à segunda vertente, vejamos o que o seguinte autor nos diz:

Como já foi discutido em outro capítulo, não se trata de que a formação ético-moral seja incluída no conteúdo programático, por intermédio de uma ou mais disciplinas específicas sobre o assunto. Com isso, não se está dispensando sua contribuição, mas o que se tem alegado é que este tipo de formação, ocorre muito mais mediante o que se chama de currículo oculto, que permeia todo o clima, o ambiente e a cultura institucional, em especial as relações informais



entre alunos, professores, funcionários e outros. A formação ou o desvio moral se dão por meio da extensão decorrente de relações que vão se configurando durante o período estudantil. (SCHULZ, 2008, p. 87)

O autor não nega a contribuição de uma disciplina ou momento específico para se tratar de temas ligados à ética e ética profissional, mas mede a relevância da contribuição pela vivência de sala de aula. Tal experiência costuma ser algo mais profundo e que tende a incutir noções e valores de modo mais eficaz e permanente nesses profissionais em formação. Vejamos ainda:

É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos, em nossas relações com eles. Na maneira como lidamos com os conteúdos que ensinamos, no modo como citamos autores de cuja obra discordamos ou com cuja obra concordamos. Não podemos basear nossa crítica a um autor na leitura feita por cima de uma ou outra de suas obras. Pior ainda, tendo lido apenas a crítica de quem só leu a contracapa de um de seus livros. (FREIRE, 2006, p. 16)

Estudos já realizados, apesar de escassos, indicam que o preparo de profissionais docentes para o ensino da ética profissional não vem sendo realizado a contento. Talvez pela pouca ênfase dada a tal preparo na formação superior, talvez pela falta de interesse e noção de importância da transmissão de tais conteúdos. O fato é que, a despeito dos estudantes demonstrarem interesse no assunto, a formação oferecida nas Instituições de Ensino Superior tem se mostrado desfalcada pela falta de informações gerais sobre a moral e a ética.

Tal fato foi constatado em estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, objetivando discutir as questões teóricas fundamentais da ética e a consequente prática da educação moral no ensino fundamental. Chegou-se a conclusão de que os profissionais docentes não vem sendo preparados adequadamente. Vejamos:

No que diz respeito aos professores, as observações revelam que eles têm uma grande dificuldade para lidar com o tema, tanto conceitualmente como do ponto de vista didático. Parece-nos que eles precisam ter um preparo um pouco mais adequado no que se refere à introdução de Temas Transversais simultaneamente aos conteúdos de suas disciplinas, inclusive quanto à Ética, apesar da instituição destes pelos PCN desde 1997. (LINS ET AL, 2007, p. 274)



Fica evidente que a formação em ética deve ultrapassar as barreiras de uma simples explanação de conteúdos e/ou normas, devendo propor a prática de atitudes e ações educativas que vão além do arcabouço teórico. Os alunos devem estar aptos a aplicar na prática a essência desses conteúdos, quer seja através da demonstração de condutas éticas e profissionais, quer seja através do incentivo a atitudes de valor dignas de um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos com este trabalho evidenciar a importância da formação ética nas instituições de ensino superior, em especial nos cursos de licenciatura. Para tal verificamos que se adota a prática da criação de disciplina específica e, em alguns casos, a instituição de uma política que valorize o debate de questões éticas no cotidiano das demais disciplinas e a exigência da postura ética por parte de professores e alunos.

De antemão, podemos concluir que a discussão nos levou a refletir sobre como essa questão deve melhor ser evidenciada no ensino superior, e acreditamos que a criação de disciplina seja mais eficaz em um primeiro momento, principalmente por tornar essa responsabilidade mais palpável e controlável do que seria delegar essa missão às demais disciplinas (de maneira transversal) e depois não ter o controle de que tais debates realmente ocorreram. Após a inserção de disciplina específica, lógico que a prática da ética e da ética profissional permeando o cotidiano institucional deverá ser adotada, tanto como fator somativo quanto como enfatizador daquilo já instituído mediante disciplina obrigatória.

Desse modo, as universidades estariam aptas a formar profissionais docentes verdadeiramente comprometidos com a formação ampla de seus futuros alunos. Fator que inclui uma preparação no sentido de não só ensinar conteúdos de ética ou normas que regem uma profissão, mas dotar esses professores de uma postura ética compatível com a nobre missão de educar. Além disso, formar profissionais aptos a repassar os conteúdos transversais de ética em sala de aula de maneira didática e verdadeiramente eficaz.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTI, Maria Aparecida. **Jornalista e professora de comunicação.** In: FELIZARDO, Aloma Ribeiro. Ética e direitos humanos: uma perspectiva profissional. Aloma Ribeiro Felizardo (Org.). Curitiba: Intersaberes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HERKENHOFF, João Baptista. **Ética, educação e cidadania.** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

LINS, Maria Judith Sucupira da Costa et al. Avaliação da aprendizagem de ética em curso de formação de professores de Ensino Fundamental. **Ensaio:** avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, Junho 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2020.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. Valores na escola. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 28, n. 1, Jan./Jun. 2002. p. 91-100. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2020.

PEREIRA, Nilda da Silva. A ética enquanto práxis na educação da infância: um ensino em questão. 2006. 143 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 7)

SANTOS, Déborah dos; SOARES, Nívia Vieira Coutinho. O princípio ético na formação docente: conhecimento e práxis. In: Encontro de Formação de Professores (ENFOPE) – Fórum Permanente de Inovação Educacional (FOPIE), 6 – 7, 2013. Aracaju. **Anais...** Aracaju: UNIT, 2013.

SCHULZ, Almiro. **Ética e gestão educacional.** Campinas, SP: alínea, 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.